

Salvatagem, voluntarismo e inconsistência

Rogério L. Furquim Werneck*

Poucas semanas pós ter afiançado que, no Brasil, o impacto da crise não passaria de simples “marolinha”, o governo afinal se vai dando conta de que havia subestimado redondamente as reais proporções das dificuldades que o País poderá ter de enfrentar nos próximos meses. Há poucos dias, o Presidente Lula reconheceu que “nenhum País está a salvo da crise financeira”. Mas, ainda propenso ao auto-engano, se agarrou ao voluntarismo. Ao assegurar que “o governo não permitirá que nosso crescimento seja comprometido”, Lula mostrou que, no mínimo, está mal assessorado sobre a real natureza das restrições macroeconômicas com que o País poderá ter de lidar em 2009.

Mesmo sem ter um plano de jogo mais conseqüente, o governo quer deixar claro que não lhe falta iniciativa. Daí a hiperatividade que vem pautando a enxurrada de medidas anunciadas para, supostamente, enfrentar os desdobramentos da crise. Algumas delas até fazem sentido. Outras, nem tanto. Instalou-se em Brasília um clima de operação de salvatagem do qual tanto o governo como parte do setor privado vêm fazendo bom uso. A presunção parece ser a de que, nesse clima, até medidas estapafúrdias podem parecer razoáveis, desde que a autoridade que as anuncia se apresente como se estivesse paramentada de bombeiro e com cara de quem está genuinamente preocupada com as “vidas em perigo”. É preciso todo cuidado para que, nesse ambiente, não vicejem velhas práticas de pilhagem do Estado. O quadro é preocupante: de um lado, lobistas como o diabo gosta e, de outro, o governo encantado com as amplas possibilidades da galeria de guichês de favores que armou às pressas, na esteira da crise.

É perfeitamente defensável que, à medida que a crise se desdobre, o governo atue de forma decisiva e precisa para atenuar seu impacto e conter danos. Mas a impressão que se tem, com base no desempenho recente, é que o governo pode acabar comprometendo todo seu arsenal antes mesmo que os efeitos da crise no lado real da economia se configurem de forma mais clara e que os pontos realmente críticos, que devem merecer atuação prioritária, possam ser identificados. Sem preocupação em poupar munição para quando os tiros puderem ser mais certos, o governo vem gastando a esmo a pouca pólvora de que dispõe. Inclusive em ações que, na verdade, nada têm a ver com a crise. “A cada dia aparece um buraco”, constatou Lula, desolado, essa semana. De fato. É preciso, portanto, mais critério na salvatagem.

Causa apreensão a leveza com que o governo se mostra disposto a deixar que sua posição fiscal se deteriore, em meio ao colossal aumento de incerteza deflagrado pela crise. Não é razoável que, nessas circunstâncias, o governo insista em manter decisões

de expansão de gasto público perfeitamente evitáveis, que já não eram defensáveis quando as perspectivas fiscais eram bem menos sombrias. Já não faz nenhum sentido, por exemplo, deixar o País aferrado à impensada regra de reajuste do salário mínimo, que têm tido impacto desastroso sobre as contas da Previdência, ou teimar em não reverter medidas que impliquem elevação substancial do gasto com funcionalismo. O argumento de que, insistindo nessas decisões, o governo estará fazendo política fiscal anticíclica soa como brincadeira. Não se faz esse tipo de política com dispêndios recorrentes e irreversíveis como os envolvidos nessas duas decisões. Por outro lado, é preciso ter em conta que, dado o tamanho da crise, o governo pode, a qualquer momento, se ver às voltas com a necessidade de bancar gastos emergenciais de grande importância. O mínimo que se poderia esperar é que reservasse espaço nas contas públicas para tais eventualidades.

Tudo indica que, na esteira da deterioração do saldo em conta corrente e da redução do influxo de capitais, a economia brasileira poderá ter de enfrentar depreciação cambial expressiva em 2009, com implicações problemáticas para o controle da inflação. Para que tais implicações não se tornem imanejáveis, o crescimento da demanda agregada terá de ser arrefecido. E, para isso, é fundamental que a condução da política fiscal se atenha aos estritos limites do possível. Não vai ser com excessos voluntaristas nessa área que o governo vai conseguir ampliar o exíguo espaço de manobra com que a gestão da política macroeconômica terá de lidar em 2009.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.